



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

16.junho.2020 – 15h30

Aos 16 dias do mês de junho de 2020, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

- [Projeto de Resolução 510/XIV/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Associativismo juvenil em tempos de COVID-19

3.2. Baixa de iniciativas europeias

- [COM\(2020\)206](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 no que respeita aos recursos para a dotação específica destinada à Iniciativa para o Emprego dos Jovens.
- [COM\(2020\)441](#) – Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que cria um Instrumento de Recuperação da União Europeia para apoiar a recuperação na sequência da pandemia de COVID-19.
- [COM\(2020\)459](#) - Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Horizonte Europa ? Programa-Quadro de Investigação e Inovação e que define as suas regras de participação e difusão, DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o programa específico de execução do Horizonte Europa? Programa-Quadro de Investigação e Inovação REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que define regras para o apoio aos planos estratégicos a estabelecer pelos Estados-Membros no âmbito da política agrícola comum (planos estratégicos da PAC) e financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

3.3. Relatórios de audiências

- **Relatório da audiência a Ana Cariano** - Deputada piloto: Carla Madureira - que pede alteração das normas respeitantes ao acesso ao ensino superior de alunos absolutamente impossibilitados de fazerem os exames do ensino secundário na 1.ª fase

4. Audiência à Confederação de Treinadores de Portugal para equacionar a retoma do desporto em Portugal – 15h30

5. Audição de peticionários - Petição n.º 640/XIII/4.ª - Solicitam a abertura de turmas financiadas com contrato de associação na escola Evaristo Nogueira – 16h15

- Deputada relatora: Alexandra Tavares de Moura (PS)

6. Audição de peticionários - Petição n.º 22/XIV/1.ª - Pela construção de uma escola básica do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário em Fernão Ferro, Seixal – 17h00

- Deputada relatora: Clárisse Campos (PS)

7. Apreciação e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 244/XIV/1ª (CDS-PP) - Regime de Incentivos para Lusodescendentes e Portugueses Emigrados que pretendam frequentar Instituições de Ensino Superior Públicas em Portugal

- Deputada autora do parecer: Maria Begonha (PS)

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

- Dia 23 de junho – 15h30

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE e do PCP, registando-se a ausência dos Deputados do CDS-PP, do PAN, do PEV e da IL.

2. Aprovação de ata

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

A aprovação da ata de 9 de junho foi adiada, a pedido do PS.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

- [Projeto de Resolução 510/XIV/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Associativismo juvenil em tempos de COVID-19

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que solicitam a discussão do Projeto de Resolução na Comissão.

3.2. Baixa de iniciativas europeias

- [COM\(2020\)206](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 no que respeita aos recursos para a dotação específica destinada à Iniciativa para o Emprego dos Jovens.

O Presidente informou que a iniciativa europeia em causa foi sinalizada pela Comissão de Assuntos Europeus em 09/06/2020 e pôs à consideração se a Comissão pretendia fazer o seu escrutínio, cabendo nesse caso a elaboração do relatório ao PS. Foi consensualizado proceder ao escrutínio da iniciativa.

- [COM\(2020\)441](#) – Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que cria um Instrumento de Recuperação da União Europeia para apoiar a recuperação na sequência da pandemia de COVID-19.

O Presidente informou que a iniciativa europeia em causa foi sinalizada pela Comissão de Assuntos Europeus em 09/06/2020 e pôs à consideração se a Comissão pretendia fazer o seu escrutínio, cabendo nesse caso a elaboração do relatório ao PSD. Foi consensualizado proceder ao escrutínio da iniciativa.

- [COM\(2020\)459](#) - Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Horizonte Europa ? Programa-Quadro de Investigação e Inovação e que define as suas regras de participação e difusão, DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o programa específico de execução do Horizonte Europa? Programa-Quadro de Investigação e Inovação REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional, REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que define regras para o apoio aos planos estratégicos a estabelecer pelos Estados-Membros no âmbito da política agrícola comum (planos estratégicos da PAC) e financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

Rural (FEADER), e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

O Presidente informou que a iniciativa europeia em causa foi sinalizada pela Comissão de Assuntos Europeus em 09/06/2020 e pôs à consideração se a Comissão pretendia fazer o seu escrutínio, cabendo nesse caso a elaboração do relatório ao PS. Foi consensualizado proceder ao escrutínio da iniciativa.

3.4. Relatório de audiência

O relatório da audiência a Ana Cariano, que pede uma alteração das normas respeitantes ao acesso ao ensino superior de alunos absolutamente impossibilitados de fazerem os exames do ensino secundário na 1.ª fase, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE e do CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do PAN, do PEV e da IL.

4. Audiência à Confederação de Treinadores de Portugal para equacionar a retoma do desporto em Portugal

O Presidente da Comissão cumprimentou o Presidente da Confederação de Treinadores de Portugal, deu informações sobre a entidade e lembrou a grelha de tempos da audição.

O Presidente da Confederação, Pedro Sequeira, referiu o seguinte, em síntese:

1. Pediram em março uma reunião do Conselho Nacional do Desporto, que ainda não se realizou e têm vindo a apresentar propostas e soluções sobre a retoma do desporto e a situação dos treinadores, mas sem resposta;
2. Há um estudo de 2016 sobre a classe de treinadores, que actualmente abrangem cerca de 45.000, donde resulta que na sua maioria exercem funções no âmbito amador e em parte em regime de voluntariado;
3. É reconhecido o papel relevante do desporto;
4. Está próximo o colapso do desporto, do ponto de vista social, que depois se arrastará ao âmbito económico;
5. Foi adiado o desconfinamento no sector (particularmente no desporto infanto-juvenil) e não há informação sobre o que vai acontecer nos próximos meses, sabendo-se que já há trabalho da Direção Geral de Saúde e falta de decisão política;
6. Os treinadores estão há 3 meses sem trabalhar, sem terem rendimento e não têm informação para o futuro;
7. Os pais não pagam as aulas, as câmaras reduzem os apoios e os patrocinadores não financiam, o que provoca prejuízos para os clubes e treinadores;
8. Pedem uma decisão sobre a data do início das actividades, para poderem proceder ao seu planeamento e dar confiança, certeza e segurança aos agentes do setor;
9. Em contrapartida à devolução pelas federações de verbas não aplicadas, previstas em contratos, pedem que esses valores revertam para os treinadores e clubes, para minimizarem os prejuízos e têm vindo a apresentar ao Governo e aos Grupos Parlamentares uma proposta sobre a matéria;
10. Os treinadores estão a ser obrigados a arranjar outros empregos;
11. A actividade desportiva infanto-juvenil reveste-se de grande importância.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

Intervieram depois os Deputados Maria Begonha (PS), Isaura Morais (PSD), Luís Monteiro (BE), Alma Rivera (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP), que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram perguntas sobre as necessidades do setor, as propostas que fazem e a informação que têm das entidades públicas responsáveis.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Deputados, o Presidente da Confederação referiu o seguinte:

1. A Confederação representa 23 associações de todas as modalidades desportivas;
2. As entidades públicas fazem uma distinção entre desportos colectivos e individuais, actividade física e desporto, com base em questões técnicas que não são adequadas, pelo que há necessidade de reponderar esta matéria;
3. A discussão dos problemas devia ser feita no Conselho Nacional do Desporto;
4. As associações recreativas não são empresas, sociedades desportivas, nem idênticas à liga de futebol.
5. A calendarização da retoma é fundamental para o sector.

A gravação áudio da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

5. Audição de peticionários - [Petição n.º 640/XIII/4.ª](#) - Solicitam a abertura de turmas financiadas com contrato de associação na escola Evaristo Nogueira – 16h15

O Presidente da Comissão cumprimentou a delegação de peticionários e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

1. Solicitam a abertura de turmas financiadas por contrato de associação na escola Evaristo Nogueira;
2. A escola é inclusiva, virada para a cidadania, tem um projecto específico diferenciado, de abertura à comunidade, com impacto na região e os alunos têm obtido bons resultados, a nível de desenvolvimento escolar e pessoal;
3. A escola pública tem dificuldade para acolher todos os alunos que não ficam nas turmas financiadas;
4. A escola é mobilizadora, dá dinâmica à vila de São Romão e existe muita interação entre a escola e a mesma;
5. Se os alunos, crianças de 9 e 10 anos, ficassem na escola mantinham as relações com a comunidade e não precisavam de andar em transportes públicos, ficando com mais tempo disponível para si e para as famílias;
6. A escola desenvolve uma relação muito forte entre alunos e professores, o que é uma mais-valia a nível de ensino aprendizagem;
7. A vereadora da Câmara de Seia referiu que a escola é uma mais-valia, está inserida na comunidade, com diversas actividades, há pais de 12 crianças interessados em as inscreverem no 5.º ano, esses alunos ficariam em turmas mais reduzidas, não precisavam de fazer deslocações em transportes públicos, a Câmara apoia a abertura de turmas, nomeadamente do 5.º ano e dava-se sequência à participação da escola nas actividades culturais da vila, como vem acontecendo.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

Intervieram depois os Deputados Maria Joaquina Matos (PS), Cláudia André (PSD), Carlos Peixoto (PSD), Alexandra Vieira (BE) e Ana Rita Bessa (CDS-PP), que se pronunciaram sobre a petição, a relação dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com a escola pública e colocaram perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Deputados, os peticionários referiram o seguinte:

1. A escola Evaristo Nogueira vai fazer 28 anos e foi criada para minimizar à falta de resposta da escola pública;
2. É frequentada maioritariamente por alunos com dificuldades económicas, sendo uma escola de proximidade às famílias;
3. A escola representa um serviço público de educação;
4. Pedem financiamento para 2 turmas do 5.º ano e 2 turmas do 7.º ano;
5. Uma escola com menos alunos geraria turmas mais pequenas e melhor ensino aprendizagem, pelo que representa vantagens pedagógicas;
6. Com a pandemia, a escola pública terá dificuldade de organizar turmas com distanciamento, mantendo 30 alunos;
7. A escola Evaristo Nogueira tem todos os equipamentos necessários, nomeadamente refeitório e possui espaços externos.

A gravação áudio da audição está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

6. Audição de peticionários - [Petição n.º 22/XIV/1.ª](#) - Pela construção de uma escola básica do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário em Fernão Ferro, Seixal – 17h00

O Presidente da Comissão cumprimentou a delegação de peticionários e lembrou a grelha de tempos da audição.

Os peticionários referiram o seguinte, em síntese:

1. Fernão Ferro é uma freguesia do concelho do Seixal com 27 anos de existência, com muitos casais jovens e está em crescimento;
2. Tem resposta a nível do pré-primário e do 1.º ciclo, com 3 equipamentos, mas não nos níveis escolares seguintes;
3. Os alunos têm de ir para uma escola mais longe no concelho, na Arrentela, já com mais 200 alunos do que devia ter, ou mesmo para o concelho limítrofe de Sesimbra;
4. A freguesia tem cerca de 20.000 habitantes e 800 alunos no 1.º ciclo e pré-escolar;
5. A autarquia tem espaços para a construção de uma escola do 2.º e do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário na freguesia;
6. No Seixal, a escola secundária está em obras há 10 anos, com mais de 1.000 jovens em contentores;
7. A freguesia tem uma população muito jovem e não tem uma escola básica do 2.º e 3.º ciclo, nem uma secundária;
8. O concelho tem uma carta educativa homologada pelo Ministério da Educação e foram reservados terrenos na década de 1990 para a escola pretendida;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

9. Estão em processo de revisão da carta educativa, mas aguardam algumas indicações do Ministério da Educação;
10. Estão a fazer um grande investimento na pré-primária e no 1.º ciclo e têm 625 alunos neste;
11. Após o 1.º ciclo, com 9 ou 10 anos, os alunos têm de ir para o 2.º ciclo para freguesias vizinhas ou para outros concelhos, levantam-se cerca das 6h e apanham 2 transportes para iniciarem as aulas às 8h-8h30;
12. Os pais com filhos de várias idades, na maioria a trabalharem em Almada ou Lisboa, têm de fazer a sua distribuição por várias escolas, do concelho ou de Sesimbra.

Intervieram depois as Deputadas Clarisse Campos (PS, relatora da petição), Fernanda Velez (PSD), Joana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP) e Ana Rita Bessa (CDS-PP), que se pronunciaram sobre a petição e colocaram várias perguntas.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Deputados, os peticionários referiram o seguinte:

1. Pedem uma iniciativa legislativa que obrigue o Governo a construir uma escola básica do 2.º e 3.º ciclo e secundária na freguesia;
2. O município está a fazer investimentos em várias escolas do concelho;
3. O co-financiamento da União Europeia é só para requalificação de escolas e não para obras novas;
4. Não tem havido diálogo ou qualquer resposta do Ministério da Educação, que nem cumpriu o co-financiamento de outra obra, pelo que a autarquia interpôs uma acção contra o Ministério;
5. A nova escola melhoraria o ensino, têm um terreno adequado para a mesma, vão já construir lá um pavilhão desportivo que poderá servir também a escola, tentaram dialogar com o Ministério, mas não houve resposta;
6. A Área Metropolitana de Lisboa lançou um concurso internacional para os transportes na mesma, que também beneficiará Fernão Ferro, mas não resolve a questão da escola;
7. A transferência de competências para as autarquias não resolverá os problemas da educação, dado que as verbas recebidas são insuficientes;
8. Reiteram a indicação da elevada taxa de crescimento habitacional da freguesia de Fernão Ferro e pedem a intervenção da Comissão para o diálogo com o Ministério da Educação e a construção da escola.

A gravação áudio da audição está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

7. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 244/XIV/1ª](#) (CDS-PP) - Regime de Incentivos para Lusodescendentes e Portugueses Emigrados que pretendam frequentar Instituições de Ensino Superior Públicas em Portugal

A relatora, Deputada Maria Begonha (PS), fez a apresentação sumária do parecer, realçando a importância do tema. O parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PS, do PSD, do BE e do CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do PAN, do PEV e da IL.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.^a SL

8. Outros assuntos

O Presidente da Comissão perguntou se na reunião do dia 23, para além das 2 audições conjuntas, que durariam cerca de 3 horas, no total, poderia marcar-se mais uma audição de petionários, com uma duração de 44m, não tendo havido acordo. Nesta sequência, o Presidente informou que dado que há 4 audições de petionários para marcar, terão de ser marcadas reuniões extraordinárias para o efeito e lembrou que no dia 30 de junho terá lugar a audição regimental do Ministro da Educação e no 7 de julho a do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

9. Data da próxima reunião

- **Dia 23 de junho – 15h30**
 - Audição conjunta do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, a requerimento do PS e do PSD, sobre a conclusão do presente ano letivo e o planeamento do próximo nas instituições de ensino superior
 - Audição conjunta do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) e da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), a requerimento do PSD, sobre a conclusão do presente ano letivo e o planeamento do próximo nas instituições de ensino superior

A reunião foi encerrada às 18:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de junho de 2020.

O PRESIDENTE

(FIRMINO MARQUES)

Nota: — A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 23 de junho de 2020.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, JUVENTUDE E DESPORTO

ATA NÚMERO 24/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
António Cunha
Bruno Aragão
Carla Madureira
Carla Sousa
Cláudia André
Cristina Moreira
Firmino Marques
Joana Mortágua
João Cotrim de Figueiredo
Lúcia Araújo Silva
Luís Leite Ramos
Luís Monteiro
Maria Begonha
Maria da Graça Reis
Maria Gabriela Fonseca
Maria Joaquina Matos
Pedro Alves
Porfírio Silva
Tiago Estevão Martins
Alexandra Vieira
Alma Rivera
Anabela Rodrigues
Célia Paz
Clárisse Campos
Fernanda Velez
Isaura Moraes
Nuno Fazenda
Telma Guerreiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura
Mariana Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bebiana Cunha

